



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA

### REQUERIMENTO Nº DE 2017 (Da Sra. Leandre)

Requer a realização de audiência pública para debater a boa governança nas políticas públicas da saúde

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, III e art. 255 do Regimento Interno da Câmara, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública para debater a boa governança nas políticas públicas da saúde, sugerindo os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde;
2. Professora Doutora Ana Paula Myszczyk<sup>1</sup>, do programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica do Estado do Paraná
3. Professor Doutor Antônio Gonçalves de Oliveira<sup>2</sup>, do programa de Pós-Graduação em Planejamento e

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História (1993) e Bacharelado em Direito (1999), ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2003). Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012), com estágio doutoral na Universidade de Deusto e Universidade do País Basco, desenvolvendo estudos na Cátedra Interuniversitaria de Derecho y Genoma Humano (2010). Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Bioética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2016 - 2018). Professora visitante no Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Karaganda, Cazaquistão (2011). Professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2013) - UTFPR - em cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP) e da Universidade Aberta do Brasil - UAB (Especialização em Gestão Pública Municipal). Tem experiência na área de Direito Privado, com ênfase em Biodireito, Direito Civil e Propriedade Intelectual. Advogada em Curitiba desde 2000.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e em Direito pela Faculdade Dom Bosco - FDB, mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente é Professor Associado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/ Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE) vinculado à Graduação e à Pós-Graduação -



## Governança Pública da Universidade Tecnológica do Estado do Paraná

4. Professora Doutora Jussara Maria Leal de Meirelles<sup>3</sup>, procuradora federal aposentada e professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### JUSTIFICATIVA

Vivemos num país que possui uma vasta extensão territorial, de dimensões continentais, fator que desde sempre, foi uma grande barreira na busca da concretização de políticas públicas a nível nacional nas mais diversas áreas, dentre elas a da saúde. Para que almejemos o pleno desenvolvimento dessas políticas e com as inúmeras competências divididas, organizadas e delegadas a cada um dos entes federados, acaba-se por exigir destes uma atuação coordenada, eficiente e articulada.

Porém, faz-se necessário o aprimoramento da governança pública, por meio da chamada *boa governança*, que nada mais é a eficiência na gestão de ofertas e serviços do setor público com responsabilidade fiscal,

---

Programas de Mestrados em: Planejamento e Governança Pública (PPGPGP); e Administração (PPGA). Coordenador (2015-2017) do Programa de Mestrado em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP/UTFPR). Conselheiro do Conselho Universitário (COUNI - 2014/2017). Líder do Grupo de Pesquisa: Governança Pública e Desenvolvimento. Tutor do Programa de Educação Tutorial em Políticas Públicas (PET-PP). Consultor CAPES/PNAP/PPA/Orçamento Público. Membro do Comitê de Assessoramento de Área (CAAs/CSA) da Fundação Araucária. Consultor Ad hoc Fundação Araucária - Área de Ciências sociais Aplicadas. Anteriormente atuou como Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), Secretário Geral e Assessor de Reitoria na Universidade São Francisco - (USF/SP). Possui experiência profissional com atuação em organizações empresariais e instituições de ensino superior, principalmente nos seguintes temas: gestão financeira, controladoria, sistema de informações, gestão educacional (acadêmico\_financeira\_patrimonial), currículos e avaliação da Educação Superior (institucional e de cursos de graduação).

<sup>3</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com Mestrado e Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Doutorado no Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra. Professora Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética (Mestrado), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procuradora Federal aposentada.



transparência na gestão dos recursos e participação direta da sociedade civil em todas as etapas do processo. Essas medidas impulsionariam o país a superar os desafios que estão postos atualmente, preparando o Estado brasileiro para um futuro no qual, as medidas de urgência não se tornem uma constante na administração pública, afinal, quando as ações e políticas públicas são planejadas de maneira clara, eficiente e com tempo hábil para serem implementadas, e se necessárias, corrigidas, e desta maneira podemos reduzir as medidas emergenciais para contenção de crises, que servem apenas de medidas paliativas e não buscam solucionar de fato o grande problema que é a ineficiência do poder público.

Quando falamos de políticas públicas que tratam do tema saúde, o desafio é ainda maior, já que graças à extensão territorial e a diversidade econômica, social, cultural e climática de nosso país, tornam a elaboração e a implementação de políticas eficientes na saúde pública no âmbito nacional um imenso desafio. Com um cenário diverso como esse, a eficiência, transparência e participação dos diversos personagens (população, sociedade civil, Estado), na gestão podem fazer uma grande diferença na busca da qualificação dos serviços públicos de saúde.

A boa governança, que é *“o desempenho do Estado, em termos de eficácia na oferta de seus serviços, eficiência na gestão de suas instituições, o rigor orçamentário e a descentralização administrativa; noção baseada nos resultados esperados pelo Banco Mundial ao realizar empréstimos. Um de seus critérios é garantir que o Estado Nação se comprometa com a boa governança de seus recursos socioeconômicos. Ainda o autor destaca o comportamento ético e a transparência na gestão como elementos centrais da boa governança. Nesse sentido, a boa governança implica que todos os segmentos da sociedade local estejam representados e possam participar da gestão. Para isso, é preciso que haja: governo aberto, transparente e com canais de participação permanente para interação com o cidadão; respeito a um código de conduta ética, como exemplo, para motivar a própria*



*administração; e prática da responsabilidade fiscal*”<sup>4</sup> precisa ser debatida e posta em prática.

De acordo com a publicação “os 10 passos para a boa governança” do Tribunal de Contas da União<sup>5</sup>, para que estas ações sejam realizadas e os objetivos alcançados é imprescindível que haja liderança, estratégia, controle, ética, monitoramento, avaliação, mecanismos de coordenação de ações com outras organizações, gerenciamento de riscos, auditorias internas e independentes e diretrizes de transparência e prestação de contas.

Para que possamos avançar neste tema que é de relevância para a melhoria dos serviços públicos em nosso país, conto com o apoio dos nobres pares para que, por meio de audiência pública, possamos discutir a necessidade a boa governança nas políticas públicas da saúde.

Sala das Comissões, de abril de 2017

**Deputada Leandre**  
**PV/PR**

---

<sup>4</sup> <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2050/8/gestaogovernancapublica.pdf>

<sup>5</sup> <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tcu-10-passos-para-a-boa-governanca>